

O PLÁGIO EM PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS E A PERCEPÇÃO DOS GRADUANDOS EM BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Resumo: O plágio em produções científicas constitui uma temática recorrente e relevante em ambientes universitários. Pautado neste pressuposto, a presente comunicação objetivou a caracterizar a percepção dos discentes do curso de Biblioteconomia e Documentação em relação às temáticas 'plágio' e 'direitos autorais' no âmbito universitário, especificamente no Instituto de Ciência da Informação da Universidade federal da Bahia. Nos procedimentos metodológicos, a pesquisa configurou-se como um estudo de caso (método de procedimento monográfico), com nível descritivo; o instrumento representou o questionário de investigação. As considerações finais evidenciaram a patente necessidade, de as disciplinas oferecidas no instituto pesquisado, de incorporar à grade curricular do curso de Biblioteconomia e Documentação debates que abordem temáticas relevantes, como plágio e direitos autorais.

Palavras-chave: Plágio acadêmico. Direitos autorais. Instituições de Ensino Superior. Bibliotecas. Bibliotecários.

Andrea da Luz Cerqueira de Moraes
Bacharel em Biblioteconomia e Documentação,
Instituto de Ciência da Informação, Universidade
Federal da Bahia.

José Carlos Sales dos Santos
Doutor e Mestre em Ciência da Informação -
PPGCI/UFBA
jsalles@ufba.br

PLAGIARISM IN SCIENTIFIC PUBLICATIONS AND THE PERCEPTION OF UNDERGRADUATES IN LIBRARIANSHIP AND DOCUMENTATION OF THE INSTITUTE OF INFORMATION SCIENCE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF BAHIA

Abstract: Plagiarism in scientific productions constitutes a recurrent and relevant theme in university settings. Based on this assumption, the present communication aimed to characterize the perception of the students of the course of Librarianship and Documentation in relation to the themes 'plagiarism' and 'copyright' in the university scope, specifically in the Information Science Institute of the Federal University of Bahia. In the methodological procedures, the research was set up as a case study (method of monographic procedure), with descriptive level; the instrument represented the research questionnaire. The final considerations evidenced the patent need, of the disciplines offered in the researched institute, to incorporate debates in the curriculum of the course of Library and Information Science that deal with relevant topics such as plagiarism and copyright.

Keywords: Academic plagiarism. Copyright. Institutions of higher education. Libraries. Librarians.

1 INTRODUÇÃO

Comunicação que discorre acerca da prática ilícita do plágio acadêmico, engendrado em aspectos jurídico-legais. Como referida temática constitui um aspecto incipiente no Instituto de Ciência da informação na Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA), procurou-se elaborar uma investigação com os graduandos em Biblioteconomia e Documentação do referido instituto. Esta pesquisa parte do pressuposto da elaboração cautelosa das produções científicas para não incorrer ao plágio direto/ indireto e intencional/sem intenção.

A partir das prerrogativas supracitadas, o objetivo da pesquisa procurou caracterizar a percepção dos discentes do curso de Biblioteconomia e Documentação em relação às temáticas ‘plágio’ e ‘direitos autorais’ no âmbito universitário, especificamente no ICI/UFBA. Para engendrar o referencial teórico, a segunda seção discorreu acerca dos contornos relacionados às bibliotecas no Brasil e o curso de Biblioteconomia e Documentação para, na seção seguinte, analisar os direitos autorais e o plágio acadêmico no país.

A seção metodológica apresentou os caminhos percorridos na presente investigação, configurando-se como um estudo de caso (método de procedimento monográfico), com nível descritivo, devido à recuperação de autores que abordassem temas, como: bibliotecas, plágio acadêmicos, instituições de ensino superior, profissionais da informação. O instrumento adequado à pesquisa foi o questionário que, aplicado aos graduandos (sujeitos da investigação), obteve-se dados e informações pertinentes ao cumprimento dos objetivos propostos. A quinta seção foram apresentados e discutidos os resultados da pesquisa de campo, caracterizando a percepção dos discentes quanto uma possível orientação para superar a prática de plágio em instituições de ensino superior, especificamente o ICI/UFBA.

A conclusão evidenciou que há uma necessidade de o ICI, e como consequência determinadas disciplinas previstas na grade curricular do curso de Biblioteconomia e Documentação, orientar os discentes sobre o plágio no meio acadêmico. A pesquisa não apresentou indícios aprofundados para afirmarmos se o Instituto investigado se compromete a discutir e orientar, de forma eficiente, os discentes deste curso. Percebeu-se, sobretudo, que há muito que ser feito para alçar uma estrutura sólida e condizente para com a valorização do trabalho intelectual relacionado ao direito do autor.

2 BIBLIOTECAS NO BRASIL E O CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

No século XV, influenciados pelas grandes navegações, os portugueses aportaram ao Brasil trazendo com eles tecnologias e práticas educacionais desconhecidas até então. No final da primeira metade do século XV, os jesuítas que faziam parte da Companhia de Jesus chegam ao Brasil colonial com a intenção de catequizar os nativos. Instalando-se na Bahia dão início ao seu propósito que era propagar a fé por meio da religião católica, prática comum nesse período. Em 1553 foi criada a primeira instituição de ensino, localizado em Salvador (Bahia), fundado pelo padre Manuel da Nóbrega. Certo é que o colégio deu seu seguimento e nasce a primeira biblioteca no Brasil que, segundo Moraes (2006), foi construída pelos jesuítas no fim do século XVI.

A partir desse período propagam-se os estabelecimentos de ensino em várias regiões do Brasil, acompanhados de bibliotecas. Dá-se um significativo desenvolvimento pelas agregações de outras companhias religiosas, que compunham dos “[...] beneditinos, franciscanos e carmelitas, tinham escolas anexadas aos seus conventos e exerciam papel importante na instrução do povo, principalmente, no ensino das primeiras letras” (MORAES, 2006 p. 15).

Com a chegada da família real no Brasil em 1808 meritoriamente instala-se a Biblioteca Real, que formava o acervo de livros e documentos trazidos de Portugal. Importantes progressos culturais e sociais acontecem nesse período e para as bibliotecas não foi diferente. Na sequência criaram-se as bibliotecas monacais, que mediava as instituições de ensino; a primeira Biblioteca Pública do Brasil no Estado da Bahia, em 1811, e a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, fundada em 1810. Vale lembrar que a Biblioteca Nacional (BN) se tornou uma biblioteca renomada no Brasil.

Fundada no Rio de Janeiro, em 1810, a BN loca-se, inicialmente, no Hospital da terceira Ordem do Carmo, e depois passa a ocupar o cemitério do mesmo hospital. Após 54 anos a biblioteca é transportada para um prédio com capacidade de apoio ao acervo constituído de obras raras e produções elaboradas no Brasil e da herança colonial.

Em 1910 é inaugurado o novo prédio da BN com a infra-estrutura adequada para manter o acervo existente e agregar novos títulos, além de acolher e criar o primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil. Atualmente é considerada a maior biblioteca da América Latina, é o único depósito legal bibliográfico nacional, sendo conceituada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como a sétima maior Biblioteca Nacional do mundo.

Com o frequente crescimento das bibliotecas é necessário a atuação dos profissionais na organização do acervo. A figura do bibliotecário parece pela primeira vez no Brasil em 1647, com o francês Antônio da Costa, que era membro da comissão jesuíta e assume o papel de organizador da biblioteca do Colégio da Bahia. Com Antônio da Costa é criada a primeira ferramenta da profissão, trata-se de um índice ou catálogo ordenado por assuntos e nome de autor, no qual ele organizou a biblioteca e que trabalhava. Mais tarde, em 1878, o diretor da biblioteca pública da Bahia elabora um ensaio sobre classificação das ciências. É nesse âmbito de crescimento que em 1911 o decreto 8.835 assegura a criação do primeiro curso de biblioteconomia na BN, sendo o primeiro da América Latina e o terceiro do mundo; mérito do direito da Biblioteca Nacional em exercício Manuel Cícero Peregrino da Silva.

As primeiras disciplinas aplicadas aos discentes em formação do curso de biblioteconomia foram: Numismática e Icnografia; Paleografia e Diplomática; posterior a esse período várias reformas no currículo já ocorreram, e atualmente o curso está agregada a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Com o avanço significativo na área de biblioteconomia e suas respectivas atividades instituídas na década de 30, aciona vários estados brasileiros como o Bahia, Pernambuco, Rio grande do Sul, dentre outros, a criar o curso de nível superior, com o currículo mínimo de três anos, bacharelado em Biblioteconomia e Documentação. Que foi um dos fortes motivos a levar a regulamentação da profissão por meio de leis e decretos consolidando a área de atuação em instituições públicas e privadas. Leis e decretos esse que descreve Fonseca (2007, p. 109).

A lei de n.º 4 084, de 30 de junho de 1962, dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Ela foi regulamentada pelo Decreto n.º 56 725, de 16 de agosto de 1965. A lei de 1964 foi modificada pela Lei n.º 9 674, de 26 de junho de 1998.

A partir desse período a profissão deslanchou, e órgãos, eventos congressos como o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, órgãos federais como o Ministério do Trabalho e a administração pública federal, periódicos da área como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o Instituto Nacional do Livro (INL).

3 DIREITOS AUTORAIS E PLÁGIO NO BRASIL

O termo Direito Autoral é relativamente moderno em relação à história da humanidade, apesar da sua prática de certa forma ser utilizada desde o período antigo. Segundo a definição de Chaves (1987, p. 104) “direito autoral é o conjunto de prerrogativas [...] que a lei reconhece

todo o criador de obras literárias, artísticas e científicas [...] no que diz respeito à sua paternidade e ao seu ulterior aproveitamento, por qualquer meio durante toda a sua vida e aos sucessores”.

Com a evolução de publicações no Brasil, e uso de má fé por meio de plágio, tornou-se necessário a padronização, criação de leis e políticas que defendessem e garantissem o direito do autor para: a) prevenir possíveis danos autorais; b) garantir a conservação e integridade de sua obra e; c) conceder devidos méritos, assegurando o direito de reivindicação caso haja violação dos direitos autorais. Atualmente o Brasil é regido pela lei 9.610 de Direitos Autorais (LDA) que foi reformulada, em 9 de fevereiro de 1998. Esta lei corresponde a um conjunto de normas, que visa prevenir e certificar o direito do autor, estimulando a criação de obras intelectuais o seu desenvolvimento, com o intuito de assegurar, garantir os direitos legais, morais e patrimoniais do autor.

De acordo com o Art. 11 da lei 9.610 da LDA, torna-se autor intelectual pessoa física criadora de obra literária, artísticas ou científica (BRASIL, 1998). Legitima-se autor com o uso do nome civil, pseudônimo, ou qualquer identificação pessoal, caso não haja nenhuma prova contrária as identificações utilizadas, registrando em órgãos competentes ou não, sua criação.

É recomendado que autor registre sua obra. O registro deve ser feito através de órgãos competentes formados pela: Biblioteca Nacional, Escola de Música, Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Cinema, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

No capítulo II da LDA de 1998 do Art. 24 aos Art.27 discorre os direitos morais e, com ação de reivindicar, modificar, expor, adaptar, usufruir, utilizar, distribuir dentre outros, assegurando em caso de morte do autor a transferência para os sucessores. Os direitos morais do autor concedendo-lhe a posse total da obra, tornando-se inalienáveis e irrenunciáveis, possibilitando a outrem a exploração, seja comercial ou pessoal, a partir do contrato escrito. Em hipótese alguma é permitido vender, emprestar ou transferir seus direitos morais.

No capítulo III da Lei de Direitos Autorais de 1998 do Art. 28 ao Art. 45 trata-se dos direitos patrimoniais do autor visando assegurar com exclusividade o gozo de reproduzir, adaptar, editar, traduzir, quer seja obras literárias, artísticas ou científicas. Entra em domínio publico, ou seja, dispensam os direitos patrimoniais do autor após setenta anos seguido da morte do autor, incluído obras anônimas e pseudônimas. A LDA dispõe para usa-la sem restrições, estar a dispor da sociedade com o direito de traduzir, adaptar, arranjar, sem que provoque

descréditos à obra original, concedendo a permissão de usa-la sem a necessidade de solicitar ou retribuir pela utilização.

A LDA não menciona a palavra plágio no seu decorrer, mas no Art. 33 da mesma lei refuta a conduta de melhorar ou comentar a obra sem o consentimento do autor, salvo em caso de domínio público. É no Código Penal brasileiro na Lei 10.695 de 1º de julho de 2003, no Art. 84 que penaliza o indivíduo que violar direitos do autor. Em decorrência desse ato, o indivíduo sofrera pena de reclusão de 3 meses a 1 ano ou multa. Decorrente as diferentes práticas plagiarias exercida pelo infrator, todas as penalidade estão previstas pelo código penal brasileiro.

O plágio é caracterizado de diversas formas e independe do tipo de material, seja ele de obras acadêmicas, artísticas, musical dentre outros, a apropriação destes, sem o mérito e falta de identificação do responsável pela obra e sua origem, é considerado crime, violando a lei de direitos autorais. Para que se torne uma obra é necessário manifestar para que haja a materialização e comprovação de fatos. O plágio é manifestado em diferentes meios, mas ultimamente com a volúvel produção acadêmica é necessário um controle efetivo para coibir essa prática.

3.1 Plágios acadêmicos

É perceptível o plágio nas universidades, seja ele de caráter intencional ou não. É importante que não falte orientação por parte as instituições de ensino, principalmente superior, para que os discentes não cometam o plágio com ou sem a intenção, e acabem usufruindo indevidamente de ideias alheias.

Seria sensato punir os discentes, já que não foram devidamente instruídos? É preciso demandar uma maior atenção sobre o perigo do plágio, e em alguns casos não é o bastante admoestar os discentes, mais o interessante é, em que momento a universidade se propõem a efetivar essa orientação? Em muitos casos essa orientação não é devidamente consolidada, porque quando acontece o aluno já se encontra no meado ou nos últimos períodos do curso. É significativo que a universidade oferte disciplinas, palestras, cursos, seminários dentre outros abordando o tema plágio e que isso ocorra efetivamente no primeiro ou nos primeiros semestre para que o aluno possa absorver e no decorre da graduação ele sinta-se assegurado e retribui de forma digna o conhecimento adquirido.

A Universidade exerce por excelência a performance de uma instituição de ensino que visa corroborar com amplitude de pensamentos impulsionando o desenvolvimento do conhecimento em varias áreas. Evidenciando pontos estratégicos, moldando-se em prol de novas concepções como *sociedade do conhecimento* e a *educação permanente ou continuada*, enfatizando de forma intensiva a circulação de informações através das novas tecnologias e da ciência (CHAUÍ, 2003). Presando a evolução do conhecimento é necessário um olhar rigoroso para que não se perca a qualidade do ensino visando só à quantidade, Chauí (2003, p. 9) afirma que,

[...] segundo alguns autores, o conhecimento levou 1.750 anos para duplicar-se pela primeira vez, no início da era cristã; depois, passou a duplicar-se a cada 150 anos, depois a cada 50 anos e estima-se que, a partir de 2000, a cada quatro anos duplicará a quantidade de informações disponíveis no mundo.

A universidade deve subsidiar aos seus discentes tanto uma visão evolutiva quanto qualitativa, preparando-os para que esse acesso seja encarado de forma construtiva, atualmente adotam políticas do incentivo ao *ensino, pesquisa e extensão*. Devido ao crescimento e disponibilização de materiais informacionais, sejam eles impressos ou digitais, nos quais tem se difundido velozmente, é necessário por parte dos discentes uma maior cautela e preparo na construção de um trabalho.

Vários fatores têm sido detectados, que levam os discentes a cometerem direta ou indiretamente condutas ilícitas que qualifica o plágio. Krokosz (2012, p. 21) afirma que:

[...] há uma lista de fatores que podem ser analisados visando à identificação das razões que levam um acadêmico a cometer plágio intencionalmente. Entre esses fatores, o advento da internet e a facilidade de acesso e uso da informação vêm sendo considerados pelos estudiosos do assunto a principal razão para o aumento do plágio em trabalhos acadêmicos. Mas, também há situações em que o plágio acontece acidentalmente.

Há uma gama de fatores que influenciam o discente universitário praticar estas prerrogativas, e já foram detectados alguns fatores decisivos e comuns dentro de instituições de ensino superior no Brasil, a exemplos: praticidade de apropriar-se da produção intelectual alheia; a facilidade de acesso à informação; desconhecimento das normas legais que rege os trabalhos acadêmicos; o incentivo ao plágio na educação básica, a insegurança na escrita e a falta de conhecimento sobre determinado assunto, dentre outros (BARBASTEFANO; SOUZA, 2007).

O meio acadêmico se tornou um ponto chave favorável, tanto para a prática do plágio, como para a orientação deste. Na universidade se cria um elo vivo entre o individuo a informação e o conhecimento, e os frutos desse conhecimento muitas vezes são visto através das produções intelectual de seus membros. É necessária uma investida estratégica para que, com o avanço educacional limite e coíba tais práticas.

As novas tecnologias têm possibilitado desenvolver *softwares* que possuem a função de rastreadores, identificando estas práticas ilícitas. Existe, no entanto, casos em que o plágio não é consumado na íntegra, “[...] a cópia pode ocorrer mesmo sem a reprodução exata das palavras do texto original. Esse tipo de cópia é conhecido como paráfrase e pode ser o tipo de plágio mais difícil de ser detectado.” (VASCONCELOS, 2007, p. 4). É muito comum ser usados os gêneros plagiato, conceitual e parcial pelos indivíduos que cometem a infração intencionalmente, não que se aplique a todos os casos, mas ainda sim é ilícito.

É natural a frequência de utilização de ideias, conceitos e até mesmo trecho de uma determinada obra, mas nesse caso é necessário recorrer às formas legais para o uso, enquadrando-se nos procedimentos da que possui políticas e instruções necessárias para Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a utilização de citações, mencionando o nome do autor, e sua fonte.

Vale ressaltar que as instituições de ensino superior devem orientar seus discentes sobre o plágio, instruí-los no que diz respeito a suas penalidades e funcionalidades para que estes obtenham um prévio conhecimento sobre o assunto, evitando cometer irregularidade sem intenção, por falta de conhecimento.

A cópia de obras inteiras para fins comerciais implica no descumprimento da lei, mas o uso de pequenos trechos privativos para fins acadêmicos e utilização de obras que estão em domínio público está disponível sem nenhuma restrição segundo as normas da ABNT.

3.2 O profissional da informação

A informação é um potente veículo de transmissão, o produto de todo um trabalho intelectual, direcionando a compreensão e formação do conhecimento humano. Essa informação é tratável, de forma a ser processada, disseminada e ingerida. Os profissionais da informação é o auxiliar competente, no processamento e execução desse trabalho, um forte partidário na luta contra o plágio e um grande aliado dos direitos autorais.

O bibliotecário é um dos componentes que forma os profissionais da informação, tem o dever de assegurar e garantir, tanto a informação quanto a autoria da obra, incentivando o hábito da leitura, oferecendo livros e não a cópia deles, abrindo espaço, acolhendo a sociedade no que diz respeito à informação e o desenvolvimento do conhecimento. É preocupante a forma como vem sendo disponibilizadas as informações nos últimos tempos, visto que, o acesso a estas está

cada vez mais ampla, sem uma constante averiguação dos dados disponibilizados na *web*. Devido a este e outros problemas que o governo brasileiro tem se proposto a investir criando medidas para efetivar um acesso seguro a publicação de textos, livros e outros documentos independentes do suporte. Órgãos competentes vêm sendo criados para fomento e disseminação da informação, oferecendo a veracidade, autenticidade, acessibilidade e diversidade de conteúdos, nos quais algumas entidades se dispõem a oferecer esse serviço como a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Repositórios Institucionais Acadêmicos, dentre outros.

Diante do exposto acerca da história das bibliotecas e as diversas acepções com o papel do profissional bibliotecário no decorrer do tempo, procurou-se cumprir o objetivo de pesquisar que é *analisar se o ICI/UFBA tem investido em orientar os seus discentes do curso de Biblioteconomia e Documentação quanto à prática do plágio*. Ressalta-se, no entanto, que as seções dissertadas no referencial teórico estiveram correlacionadas com a temática desta investigação: o plágio e direitos autorais no âmbito acadêmico.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O método de procedimento utilizado foi monográfico, pois se tratava de um estudo de caso realizado no Instituto de Ciência da Informação na Universidade Federal da Bahia. O propósito foi investigar se o Instituto estava cumprindo a orientação dos discentes do curso de Biblioteconomia e Documentação quanto à prática do plágio, e analisar as percepções que estes discentes possuíam acerca do assunto.

O nível da pesquisa tem caráter descritivo, uma vez que Gil (1999, p. 44) endossa que “dentre as pesquisa descritivas salienta-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo”. Ocorreu a recuperação de autores que abordavam a historia das bibliotecas, relacionando com as instituições de ensino, dando subsidio para entendermos a importância da informação e a necessidade valorizarem os direitos dos autores, associados à prática do plágio no meio acadêmico.

O instrumento de pesquisa utilizada para perfilar os discentes graduandos foi o questionário. O instrumento da pesquisa foi elaborado a partir do referencial teórico utilizado nesta investigação, e teve como objetivo de identificar aspectos de conhecimento sobre o plágio no meio acadêmico. Para investigar se o Instituto de Ciência da Informação se dedica a orientar

os discentes quanto ao ato do plágio foi necessário avaliar quais disciplinas abordam o tema plágio ou direitos autorais em suas ementas ofertadas pelo curso de Biblioteconomia e Documentação no currículo vigente.

Para validar o instrumento da pesquisa foi aplicado um pré-teste com três servidores lotados no Centro de Estudos Baianos (CEB) do Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA, que atualmente exercem suas atividades na Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, Campus Universitário de Ondina (Salvador/Bahia). O objetivo foi evidenciar possíveis lacunas, averiguando se o questionário era de inteligível e de fácil compreensão.

O questionário aplicado com base na amostragem por tipicidade ou intencional, que consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo aos sujeitos selecionados (GIL, 1999). A população refere-se à de vinte e três formandos do curso de Biblioteconomia e Documentação 2014.2. Foi enviado para o endereço eletrônico (*e-mail*) da amostra selecionada um questionário com o total de nove questões contendo três discursivas e seis objetivas (ver apêndice).

A amostra selecionada foi de treze discentes concluintes com o prazo de resposta de cinco dias, sendo que dos treze, obtive respostas de dez. O resultado da pesquisa será apresentado na próxima seção, contendo gráficos, quadro e tabela formulados no *Excel* e *Word* divulgando os resultados.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As duas primeiras questões referem-se a obter informações sobre a orientação disponibilizada pelo ICI/UFBA sobre o assunto 'plágio'. Estas questões apresentam uma visão dos discentes entrevistados a partir da sua trajetória dentro da Universidade. Procurou identificar se alguma disciplina indicada na grade curricular do curso de Biblioteconomia e Documentação orientou/ informou aos discentes quanto à prática de plágio.

Os dados computados da pesquisa mostram que 60% dos entrevistados afirmam que em sala de aula, efetivamente com bases em disciplinas, não receberam orientações quanto ao plágio e 40% afirmam ter recebido. É necessária que se introduza na política do Instituto uma maior atenção, com discussão em sala de aula, principalmente em disciplinas do primeiro semestre. Os ingressantes com foco nos discentes que efetivam a primeira graduação precisam de uma orientação intensiva para que possa servir de auxílio na construção de trabalhos

acadêmicos. A falta de orientação, que deveria ser disponibilizada pelo ICI e, como consequência, por algumas disciplinas, pode ocasionar o uso indevido de citações e ideias de outros autores.

Quando questionados se já participaram de eventos organizados pelo ICI/UFBA, que lhe orientavam sobre perigo do plágio em cursos superiores, os discentes foram unânimes em responder que ‘não’. Assim, pode-se inferir que o Instituto precisa organizar oficinas, cursos e/ou seminários que abordem esta temática com o intuito de arrefecer ou eliminar possíveis equívocos quanto às citações (diretas e indiretas), assim como sensibilizá-los quanto à prática criminosa quando conscientes.

A Tabela 1 apresenta informações sobre as disciplinas cursadas pelos discentes que afirmam abordar o tema ‘plágio’ em sua ementa, e seus respectivos semestres.

Tabela 1 - Disciplinas que abordaram o tema plágio em sala de aula.

Disciplinas	Semestre	Discentes
ICI006 Editoração	4 ao 6	70%
ICI017 Normalização da Documentação	3 ao 4	30%

Fonte: Dados da Pesquisa.

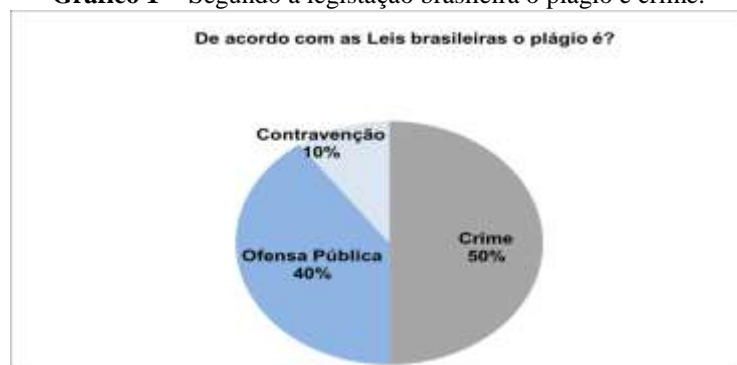
Há um bloco no instrumento desta pesquisa que apresenta quatro subquestões relacionadas à opinião dos discentes quanto ao plágio no âmbito universitário. Diante das afirmações, a primeira questão procura identificar se estes concordam que é relevante a discussão sobre o plágio no meio acadêmico: 100% dos questionados respondem que *sim*. A segunda questão indicada o quão era importante orientar os discentes no primeiro semestre: por unanimidade os discentes anunciaram que *sim*, pois muitos destes desconhecem as normas e leis que regulamentam a construção de trabalhos acadêmicos, associadas pela falta de orientação no ensino fundamental e médio.

Quando questionados se receberam orientação quanto ao plágio nos primeiros semestres do curso de Biblioteconomia e Documentação, 90% afirmaram não ter recebido. Por último foi abordado se era viável punir ou cobrar, sem a efetiva orientação quanto ao plágio: 100% dos questionados não concordam, pois era necessário que estes discentes visualizassem claramente a orientação para não deixar margens a equívocos, eliminando todas as possibilidades dos discentes usarem o ato criminoso alegando o desconhecimento.

O gráfico abaixo anuncia a percepção dos discentes entrevistados referente aos seus conhecimentos sobre as punições legais previstas na Legislação Brasileira, que asseguram os direitos dos autores contra o uso do plágio. Quando indagados quanto à infração praticada por

meio do plágio, considerada uma contravenção, um crime ou uma ofensa pública, eles responderam:

Gráfico 1 - Segundo a legislação brasileira o plágio é crime.



Fonte: Dados da Pesquisa

Torna-se patente que se deve fomentar entre os discentes discussões acerca da leitura e reflexões que instrua-os sobre o perigo do plágio suas práticas e consequências. A pesquisa mostra que ainda 50% dos questionados desconhece o ato do plágio como crime. É preciso intensificar, por parte do Instituto, medidas que esclareçam o assunto de maneira que enobreça o direito do autor.

Uma questão muito interessante é abordada no tocante ao volume de informações disponíveis na internet, e se a estas facilitam a prática do plágio. Para os discentes que participaram da pesquisa, 70% afirmaram que as informações disponíveis na internet é um forte fator para o aumento do plágio e o uso do mesmo. Esta perspectiva confirma a assertiva do autor, corroborando com parte do resultado da pesquisa.

Como futuros profissionais da informação, a resposta dos entrevistados também foi unânime quando questionados acerca da responsabilidade destes no combate ao plágio. É importante que os bibliotecários e documentalistas, egressos do ICI/UFBA, saiam com uma visão sistêmica relacionada a esta temática, tanto no âmbito pessoal, educacional, como no profissional. Na mesma linha, os autores Blattmann e Fragoso (2003, p. 61) indicam que “deve ser criada e estimulada uma cultura de respeito penetrada nas esferas (pessoais, educacionais e profissionais) em identificar tanto a obra como o artista. Regra geral: leu, gostou, use e cite!”.

As questões derradeiras do instrumento de pesquisa procuravam identificar nos entrevistados formas de coibir e solucionar os problemas de plágio no ICI/UFBA. A seguir, anunciam-se algumas sugestões dos formandos que responderam ao questionário, indicando maneiras para se coibir o plágio no Instituto; sintetiza estes discursos e as formas plausíveis

para superar esta prática. Assim, segue as sugestões, indicadas pelos discentes, para coibir e solucionar problemas referentes ao plágio:

Quadro 1 – Sugestões para coibir o plágio

Sugestões para coibir o plágio	Contribuições para solucionar o problema
- Maior comprometimento por parte dos docentes na prevenção e combate do plágio; - Aumento de estratégias para identificar a utilização do plágio nas produções acadêmicas; - Maior abordagem sobre o assunto no ambiente universitário; - Melhoria na política educacional; - Conscientizar os discentes que a prática do plágio é crime; - Criar medidas de punição quanto aos que se usufruem do plágio.	- Maior divulgação e acesso aos grupos de pesquisas; - Orientação acadêmica partindo do primeiro semestre; - Desenvolver palestras, cursos, seminários, mesa redonda dentre outros eventos que evidencie o assunto; - Inserção de disciplinas na grade curricular que abordem o assunto plágio; - Efetivar uma orientação contínua através da criação e disponibilização de materiais sobre o tema; - - Introduzir nos discente uma cultura de conscientização e reconhecimento acerca das obras utilizadas como objeto de pesquisa.

Para confirmar as respostas conferidas pelos discentes que responderam ao instrumento, em relação às temáticas disciplinares condizentes à prática do plágio no ambiente acadêmico, foi necessário analisar se nestas ementas dispunham assuntos relacionados ao tema plágio ou direitos autorais. O intuito era saber se o Instituto, especificamente a grade curricular, dedicava-se a orientar seus discentes.

Depois de acessar o site do Sistema Acadêmico (Siac)¹, onde disponibiliza a matriz curricular contendo diversas informações para os discentes logrando com endereço e senha, foi necessário acessar o *blog* do ICI/UFBA², endereço onde também esta disponível a matriz curricular.

Foram analisadas todas as disciplinas e ementas, no qual foi detectada uma disciplina que especificamente aborda o tema direito autoral. A disciplina de Editoração, com o código ICI006, apresentava na ementa: “evolução dos registros do conhecimento. Indústria e produção editorial. Produção e comercialização do livro. Depósito legal, **direitos autorais**, *International Standard Book Number (ISBN)*, *International Standard Serial Number (ISSN)*. Duplicação e reprodução de documentos.” (INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, [201-], grifo nosso).

Outra disciplina que especificamente não retrata o plágio nem os direitos autorais em sua ementa, mas os discentes entrevistados relataram ter obtido informações sobre tema foi à disciplina de Normalização da Documentação, código ICI017. Na ementa dessa disciplina expõem “documento: conceituação, classificação e tipos, segundo a natureza da fonte. Normalização: conceituação, importância e objetivos. Organismos internacionais, regionais e

¹ Endereço eletrônico: <<https://siac.ufba.br/SiacWWW/Welcome.do>>.

² Endereço eletrônico: <<https://blog.ufba.br/ici/>>.

nacionais de normalização e documentação. Estudo e aplicação das normas técnicas documentais da ABNT. Tipos e apresentação de trabalhos monográficos.” (INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, [201-]). É notório que essa disciplina aborda a ABNT na qual é a norma adotada para validar as citações ou ideias utilizadas em trabalhos acadêmicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução das bibliotecas, orientadas à dispor e salvaguardar registros (e mais tarde começa agregar atividades como disseminar, auxiliar as instituições de ensino dentre outras), foi orientada importância destes dispositivos informacionais para o desenvolvimento da profissão bibliotecária. Relacionando com as frequentes lutas de autores em busca seus direitos e conquistas adquiridas por estes, a finalidade e o desenvolvimento das instituições de ensino superior e a importância de orientar os discentes quanto ao direito do autor procurou evitar o ato do plágio no meio acadêmico.

O método utilizado nesta investigação atendeu as expectativas da investigação, e cumpriu os objetivos da pesquisa, que propunha analisar se o ICI/UFBA tem investido em orientar os seus discentes do curso de Biblioteconomia e Documentação quanto à prática do plágio, e identificar qual concepção estes discentes têm sobre o assunto. Para coletar os dados que subsidiassem a pesquisa, foi preciso identificar nas ementas do curso quais disciplinas abordam tema “Plágio” ou “Diretos Autorais” e, no momento posterior, perfilar os discentes do curso em formação profissional de 2014.2. A proposta era identificar aspectos de conhecimento destes sobre o assunto.

Desta forma, os resultados da pesquisa indicam que há uma necessidade de o ICI, e como consequência determinadas disciplinas previstas na grade curricular, orientar os discentes sobre o ato plagiário no meio acadêmico. É perceptível a insipiência dos discentes quanto à discussão sobre o assunto, apesar da existência das poucas disciplinas na grade curricular referirem-se ao tema. Contudo, a pesquisa não apresentou indícios aprofundados para afirmarmos que o ICI/UFBA se compromete a discutir e orientar, de forma eficiente, os discentes do curso de Biblioteconomia e Documentação. Há muito que ser feito para se chegar a uma estrutura sólida e condizente para com a valorização do trabalho intelectual relacionado ao direito do autor.

De certa forma a pesquisa segue-se no âmbito construtivo, visando expor a influência que uma instituição de ensino superior pode transmitir aos estudantes uma positividade e benfeitoria para a valorização do direito do autor no âmbito acadêmico. Mas o plágio especificamente não só diz respeito à esfera estudantil superior, já que todas as produções sejam elas artísticas, científicas, literárias dentre outras estão associadas à sociedade. É necessário que o plágio seja visto como um crime, que a sociedade e suas instituições não o pratiquem sob quaisquer pretextos.

Como uma pesquisa científica naturalmente evidencia lacunas no decurso de sua realização, impossibilitando instigadores a cumprir as diversas nuances que surgem (devido o recurso financeiro limitado, o tempo orientado à realização da pesquisa, o caráter multidimensional do tema), anunciamos a relevância de replicar e aprofundar a proposta da referida pesquisa em diferentes espaços acadêmicos, em diferentes instituições. A proposta é levantar hipóteses e sensibilizar discentes, docentes e diretores de cursos de graduação e pós-graduação a relevância deste tema no âmbito universitário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de. **Biblioteconomia no Brasil**: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino. 2012. 159 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BARBASTEFANO, Rafael Garcia; SOUZA, Cristina Gomes de. Percepção do conceito de plágio acadêmico entre alunos de engenharia de produção e ações para sua redução. **Revista Produção Online**, Florianópolis, edição especial/dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/producaoonline/article/viewFile/4877/4220>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

BLATTMANN, Ursula; FRAGOSO, Graça Maria (Orgs.). **O zapear a informação em biblioteca e na internet**. Belo Horizonte, Autentica 2003.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Seção 1, p. 11. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=11&data=20/02/1998>>. Acesso em: 2 maio 2014.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set.-dez. 2003.

CHAVES, Antonio. **Proteção internacional do direito autoral de radiodifusão**. São Paulo: Max Limonad, 1987. 661 p

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Biblioteconomia**: matriz curricular. Salvador, [201-]. Disponível em: <<https://blog.ufba.br/ici/ensino/biblioteconomia/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

KROKOSZ, Marcelo. **Autoria e plágio**: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores. São Paulo: Atlas, 2012.

MORAES, Rubens Barbosa de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. 259 p.

SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Biblioteca: uma trajetória. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECONOMIA, 3., 2005, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: [S.l.], 2007.

VASCONCELOS, Sonia M. R.. O plágio na comunidade científica: questões culturais e linguísticas. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 4-5, Sept. 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez. 2017.